

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de março de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR
(SEGUNDO-SECRETÁRIO)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o primeiro orador inscrito, pelo tempo de até 5 minutos, deputado Euclides Fernandes. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Leandro de Jesus. V. Ex.^a tem até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Boa tarde a todos.

Cumprimento o presidente, os colegas presentes, todos os servidores, a imprensa desta Casa e a toda imprensa que faz a cobertura neste dia.

Bem, hoje, eu início esta minha fala, inclusive, falando como o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Valores Cristãos. Tivemos, aí, uma notícia que não nos surpreende, quando o atual presidente da República, o ex-presidiário Lula, ele excluiu projetos religiosos da Lei Rouanet. Ou seja, artes sacras, por exemplo, não poderão mais ser contempladas pela Lei Rouanet.

Mas eu faço questão de afirmar o seguinte: se o Diabo é o pai da mentira, se o Satanás é o pai da mentira, Luiz Inácio Lula da Silva, com toda certeza, é o seu primeiro herdeiro, o herdeiro direto e emissário, no Brasil, por propagar a mentira e enganar o povo brasileiro.

Eu chamo a atenção agora. Inclusive, nós temos, na Assembleia, neste Plenário, ali, a cruz com Cristo. Ali é arte sacra também. Nós temos, ali, a representação da Bíblia. Este é mais um símbolo religioso, ao qual o emissário do Satanás, o Luiz Inácio Lula da Silva, ele se opõe. Mas ser um opositor ao cristianismo, ser um perseguidor da igreja, isso não é novidade.

Nós temos, recentemente, inclusive, algumas notícias recentes, onde, por exemplo: (lê) “Em São Paulo, Lula ataca pastores, e diz que têm demônios sendo chamados de Deus.” Isso não é novidade, quando Lula ataca pastores, ataca igrejas, ataca padres. (Lê) “Após Carta aos Evangélicos, Lula diz que padres e pastores não devem mentir.” Ora, quem é Lula, sendo ele o pai da mentira, o representante do Satanás, no Brasil, para falar de padres e pastores e querer dar exemplo?

Tem mais: (lê) “Lula ironiza pastores evangélicos em palestras.” Quando ironizando, ele diz que é para líderes sindicais colocar a culpa no Diabo, quando as coisas não estiverem indo bem. Tem mais: (lê) “Lula diz que ninguém precisa de padres e pastores, após atacar igrejas.” E por, aí, vai!

Esse é o sujeito que está aí. Infelizmente, ele foi colocado como presidente da República que, diuturnamente, ataca a fé cristã, ataca pastores, ataca padres, e, agora, retira a possibilidade das artes sacras serem beneficiadas pela Lei Rouanet.

Mas, no contraponto disso, esta mesma Lei Rouanet, hoje, agora, sob a vigência do governo Lula, com toda certeza, vai seguir beneficiando aquelas artes que, por exemplo, seguem erotizando crianças, seguem pervertendo a nossa sociedade, como, por exemplo, essas “músicas”, entre aspas, esses artistas da atualidade, da pós-modernidade que, em suas letras, em suas danças, erotizam crianças, pervertem crianças, atacam a família, atacam os valores cristãos. Então, é isso que o Lula gosta: da perversão, da destruição e do ataque aos valores cristãos, sem sombra de dúvida.

Para além disso, nós sabemos que, sob a vigência do governo Lula, a Lei Rouanet voltará a beneficiar os artistas globais, os artistas multimilionários, que não deveriam ter acesso a esse incentivo. Enquanto isso, os artistas, aqueles pequenos que têm talento e precisam de incentivo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não vão ver, obviamente, a cara! Nem passarão perto desse tipo de incentivo.

Então, é lamentável termos, na Presidência da República, um anticristo, uma espécie de anticristo.

Mas vamos seguir combatendo, defendendo e propagando a fé cristã.

Fica, aqui, o meu lamento sobre esse sujeito.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Rogério Andrade. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Manuel Rocha. V. Ex.^a tem até 5 minutos.

O Sr. MANUEL ROCHA: Presidente Samuca, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho, hoje, dar conhecimento a esta Casa sobre um projeto de lei que apresentei, recentemente, que garante, aos servidores públicos estaduais portadores de deficiência ou aos servidores públicos estaduais que têm cônjuges, filhos ou dependentes nesta mesma situação, a possibilidade da redução da jornada de trabalho em até 50%, sem prejuízo da remuneração ou outros benefícios que os servidores tenham no desempenho da sua função e, também, sem compensação de horário.

Este é um direito, Sr. Presidente, já garantido aos servidores públicos da União, fruto de uma lei federal e, também, já garantido em diversos municípios dos estados brasileiros, a exemplo do estado de Pernambuco.

Inclusive, no mês de dezembro do ano passado, o STF já reconheceu o direito à redução de horário, à redução da jornada de trabalho para os servidores estaduais e, também, para os servidores municipais de todo Brasil, por conta do princípio da igualdade substancial.

Por isso, apresentamos este projeto de lei nesta Assembleia Legislativa para normatizar esse direito. Assim, os servidores não precisarão se socorrer à Justiça para ter acesso a esse benefício.

Gostaria, também, de ressaltar o grande impacto social e no tratamento de saúde dos servidores portadores de deficiência, bem como dos seus familiares e dependentes. Prova disso, eu trago o depoimento de um pai que tem um filho portador do transtorno do espectro autista. É um pai, servidor público federal, que conseguiu esse benefício.

O pai relata que (lê) “hoje compreendo o significado da expressão acompanhar, que a lei assegura ao servidor nesta situação, pois o acompanhamento é além das rotinas clínicas e de profissionais terapêuticos, chegando mesmo aos detalhes mínimos das brincadeiras diárias que temos com Pedro...” – filho dele – “(...) em casa ou nos espaços sociais, chutando uma bola na praça, correndo com ele no pátio ou, simplesmente, abraçando e falando com ele, mesmo que ele ainda não seja verbal. Às vezes, acompanhar é, apenas, ficar calado ao lado dele, enquanto ele aprecia algo que ainda não entendemos.”

Por isso, eu peço o engajamento de todos os Srs. Deputados e de todas as Sr.^{as} Deputadas para que a gente possa aprovar, o mais rápido possível, este projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Manuel Rocha. Parabéns pela sua luta.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Robinho. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Jordavio Ramos. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra a deputada Olívia Santana. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Zó. (Pausa) Não está presente.

Com a palavra o meu amigo, professor e conselheiro, primeiro-vice-presidente desta Casa, deputado José Raimundo Fontes. Regimentalmente, V. Ex.^a tem 5 minutos. Mas, na condição de mais antigo, para a gente, é, sempre, um prazer ouvir o senhor. Não é isso, meu craque Bobô? Então, o tempo que V. Ex.^a quiser fazer o discurso, esta presidência lhe concederá.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado, nobre deputado Samuel Junior, que dirige esta sessão.

Saúdo os colegas deputados e deputadas, a imprensa, os nossos colaboradores da Mesa Diretora, os que nos assistem pela *TV Assembleia*.

Nobre colega e deputado Samuel Junior, eu quero trazer dois importantes eventos ocorridos em nossa região, em Vitória da Conquista. Na quinta-feira, 23 de março, nós tivemos a plenária do orçamento participativo, na verdade, o PPA Participativo. Isso aconteceu dentro da filosofia e da democracia direta para ouvir a população, dialogar com as necessidades regionais e de valorizar a participação popular.

Superando a democracia representativa, que teve o seu momento histórico, revolucionário, nos séculos XVIII e XIX. Mas, agora, é preciso a gente inovar, dando voz e dando vez à participação popular. E o PPA contou com a presença do vice-governador Geraldinho Júnior, do secretário Cláudio Peixoto, de outras autoridades, do nosso secretário da Justiça e Direitos Humanos, Felipe. Foi o momento, Sr. Presidente, em que nós expressamos os desejos da nossa região.

Quero, portanto, deixar um abraço para os movimentos sociais de Vitória da Conquista, na pessoa do companheiro Jozimar, que representa a coordenação do Território do Sudoeste da Bahia.

Tivemos a oportunidade, também, de nos manifestar ao solicitar a inclusão, no PPA, pois essa grande obra vai revolucionar a região, que é a duplicação da BR-116, da Rio-Bahia, que é a construção da Barragem do Rio Pardo, além de adutoras, estradas vicinais e estradas que ligam os nossos municípios na região, como é o caso de Caetanos, perto de Vitória da Conquista.

Também, na região, um movimento que nós fizemos, inclusive, já há algum tempo, e consolidamos, nesse domingo. Trata-se do asfaltamento de Bate-Pé até Pradoso.

Enfim, mais saúde, mais infraestrutura hídrica, mais energia, mais torres de celulares para que a gente tenha um desenvolvimento integrado. E, naturalmente, nobre deputado que preside esta reunião, cada vez mais, Vitória da Conquista vai se tornar uma referência e um polo regional atraindo desde aquela dinâmica do norte de Minas, passando pela parte de Brumado, Jequié. Ali será o epicentro, evidentemente, ao lado de Guanambi, ao lado de Ilhéus e de Itabuna que serão cidades-polo. Por isso, esse debate sobre as regiões são muito importantes.

Por isso, eu queria parabenizar o nosso governador Jerônimo Rodrigues, que vem consolidando esse modelo. Ele é professor nesse assunto, já que ele coordenou, por duas vezes, o programa de governo de Rui Costa e do próprio governo dele, que ele participou ativamente da região.

O segundo elemento que eu gostaria de trazer, Sr. Presidente, foi, exatamente, uma plenária que realizamos em Bate-Pé, no último domingo, no dia 26. Quero deixar um abraço para Júnior Figueiredo do sindicato de pequenos agricultores; de Daniela, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto com Edilton, junto com os nossos diretores. Lá, estivemos em Bate-Pé, com todas as lideranças locais.

Deixo um abraço para o companheiro Nil, para o companheiro Deca, para o companheiro Giovane, para César, para Nilzete, para o Frei Jesulino, para lideranças de várias associações, para Messias. Todos eles, lá, estiveram de forma muito ativa, reivindicando essa obra fundamental para o desenvolvimento regional, que é a pavimentação de Bate-Pé até o Pradoso. São, aproximadamente, cerca de 21 a 22 quilômetros.

Eu e o deputado federal Waldenor Pereira já apresentamos esse pleito ao nosso governador, à época, Rui Costa, por volta do mês de agosto; em seguida, ao final do ano. Agora, reiteramos o mesmo pedido com Sérgio Brito, o secretário de Infraestrutura; com Dr. Saulo Pontes; e com Luiz Caetano, secretário de Relações Institucionais. Vamos, oportunamente, estar com o nosso governador Jerônimo Rodrigues para apresentar, já, o projeto.

O nosso secretário Sérgio Brito já se comprometeu a elaborar o projeto. Uma vez o projeto pronto, nós iremos ao governador, junto com a representação social...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que o governador autorize a realização dessa obra. Será uma obra fundamental para nós integrarmos os nossos distritos. No caso de Bate-Pé, ele, também, tem uma proximidade tanto com Belo Campo, com Tremedal, como também com Piripá.

Por isso, eu tenho certeza de que o nosso governador Jerônimo Rodrigues, com muita alegria, vai autorizar a realização dessa obra, Sr. Presidente.

Por isso, eu queria deixar um abraço para todos os amigos, todas as amigas de Bate-Pé.

Gostaria de dizer que eu e o deputado federal Waldenor Pereira estaremos juntos com os nossos vereadores, com os nossos deputados estaduais Jean Fabrício, com os nossos vereadores, com as nossas lideranças fortalecendo esta luta.

Vamos à luta.

Eu tenho certeza de que o governador Jerônimo Rodrigues vai assumir, como sua, esta bandeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., meu caro professor. Deus continue abençoando o senhor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Diego Castro.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Pr. Carlos Luz, pastor da nossa igreja, ali, na cidade de Gandu, juntamente, com o ex-vereador daquela cidade, Genivan. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Convidar a deputada...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: A gente está na rua.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): A senhora pede a inversão da ordem dos oradores?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Inverter.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Oh, deputado Diego, V. Ex.^a poderia permitir que a gente fizesse...

Agora, deputadas Fabíola e Ivana, eu fiquei com ciúme, porque vocês duas foram lá e colocaram broche nos deputados. E o presidente não teve broche, não teve foto. Fiquei com ciúme.

(As Sr.^{as} Deputadas Fabíola Mansur e Ivana Bastos se dirigem até o presidente da sessão, deputado Samuel Junior, para colocar, na lapela, o broche da Campanha de Conscientização sobre a Epilepsia.)

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur. E, pelo que entendi, também teremos a fala da deputada Ivana.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, taquígrafas, membros das galerias, hoje é o dia, oficialmente, de lançarmos a campanha da Unale, presidida pela nossa querida deputada Ivana Bastos, sobre epilepsia. No mundo inteiro, no dia 26, ontem, e, durante a semana, as pessoas falam de epilepsia, a fim de conscientizar sobre a doença. A epilepsia é uma doença grave, neurológica, que afeta 3 milhões de pessoas só no Brasil, presidente e deputado Samuel.

Deputado Diego, a gente agradece ao senhor por ter cedido a sua vez de falar nesta tribuna. Nós estamos com a campanha, aí fora, soltando balões e conscientizando as pessoas. Muitas vezes, a barreira do preconceito é uma barreira que impede as pessoas de conhecer a doença.

Hoje, nós temos a Frente Parlamentar Interestadual em Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia em todos os estados brasileiros. Na Bahia, a presidenta da Unale, deputada Ivana, me deu a honra de ser a pessoa titular.

Mas eu quero parabenizar Ivana, uma deputada sensível a muitas pautas e uma deputada que, em que pese ter que cuidar do país inteiro, sempre faz as campanhas da Bahia muito especiais. Estamos, aqui, hoje, distribuindo folhetos sobre a convulsão e como lidar com convulsão, porque, muitas vezes, existe a barreira do preconceito. Há, também, um folheto explicativo que, posteriormente, Ivana, da Unale, vai explicar.

Então, nós vamos aproveitar, depois da fala da nossa presidenta, e soltar balões roxos, porque o Brasil inteiro está fazendo isso nas assembleias. Nós esperamos poder, juntos, no Brasil, vencer o preconceito, melhorar o diagnóstico e o tratamento nas suas várias formas.

Deputado Zé Raimundo, 70% dos pacientes com epilepsia respondem bem às drogas disponíveis; outros 30%, cujas famílias têm crianças ou adolescentes com graves crises convulsivas, muitas vezes, 30 crises convulsivas, existem medicações como CBD, que é uma forma de tratar pacientes refratários ainda é eivado de preconceito.

Então esta campanha é para conscientizar. A gente agradece a cada deputado que passou, lá, no estande. Se puder fazer uma menção nas suas redes sociais com o seguinte tema da Unale: “Março Roxo: Epilepsia, para ajudar é preciso conhecer”.

Deputada Ivana, obrigada pela oportunidade de ser sua liderada na Bahia.

A Sr.^a Ivana Bastos: Por favor, Sr. Presidente, eu gostaria de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Presidente, este discurso é para agradecer, agradecer à deputada Fabíola que tão bem representa o estado da Bahia, na União Nacional das Assembleias Legislativas e Legisladores do Brasil (Unale).

Hoje, todas as assembleias legislativas do Brasil estão comemorando o dia da epilepsia, no mês de março. A gente precisa vencer o preconceito, a gente precisa enfrentar, de frente, este problema.

Então, agradeço à deputada Fabíola, agradeço a todos os deputados.

Vamos, juntos, sim, vamos juntos ajudar a construir um país melhor, um país sem preconceito, respeitando as diferenças entre as pessoas e fazendo a nossa parte.

Muito obrigada, deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Vamos, lá, soltar balões, simbolicamente, para dizer: epilepsia é uma pauta que vai unificar esta Assembleia na defesa dos direitos das pessoas com epilepsia. (Palmas)

A Sr.^a Ivana Bastos: Pronto!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Gostaria que a equipe de Taquigrafia fizesse um destaque da campanha encabeçada pelas deputadas Ivana e Fabíola, e botasse, também, na capa do nosso Diário Oficial, dando ampla divulgação a esta campanha.

Parabenizo a nossa presidenta da Unale, a nossa queridíssima galega, a deputada Ivana Bastos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Diego Castro. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, os colegas de Parlamento, a imprensa presente, as galerias.

Presidente, eu quero chamar a atenção dos nobres colegas. Peço licença para lhes apresentar mais que um fato, uma triste realidade. Peço que olhem item por item, com bastante atenção.

(O orador chega à tribuna com uma sacola escrita “Kit Lula”.)

Isso, aqui, é um pão de milho com um queijinho dentro. Todo mundo conhece.

Isso, aqui, é um suquinho de caixinha. No meu interior, isso é apelidado de tubainanã.

Isso, aqui, é uma barra de cereal que custa em torno de R\$ 0,70.

Isso, aqui, é um saquinho com umas 30 uvas-passas pequenininhas.

Isso, aqui, é um Ki-suco enlatado, também conhecido, comumente, por mancha-pulmão em muitos lugares.

Aqui é outra barrinha de cereal, como vocês podem ver.

O mais engraçado é isso aqui: um pão com salame dentro.

(O orador retira o salame de dentro pão.)

Prazer, senhoras e senhores, eu lhes apresento o almoço da Polícia Militar em eventos, a exemplo do Carnaval, que eu apelidei de “Kit Lula”, porque é algo que parece uma coisa; mas, na realidade, é outra. Assim foi com a promessa da picanha, e veio abóbora.

Por que eu estou fazendo isso, senhoras e senhores? Para que todos nós... Aí, eu peço aos nobres colegas para refletir e me ajudarem no andamento da tramitação do projeto que prevê o piso justo para os policiais militares e agentes de segurança, durante eventos, inclusive, durante o Carnaval.

Dentro desse projeto, vai, também, ser inclusa uma proposta para um cardápio alimentar justo, nutritivo, de acordo com as orientações de conselhos nacionais, estaduais e todos os órgãos competentes.

Eu pergunto a vocês: se vocês, durante um evento como o Carnaval, tomando o sol quente, lascado na cabeça, trabalhando e dando a vida para proteger a sociedade, trabalhando, ali, diretamente com o que de mais precioso vocês têm, o seu bem que é a vida, iriam sobreviver 8 horas com isso aqui?

(O orador mostra o “Kit Lula”.)

Pergunto: se alguém aceitar este desafio, vamos fazer um acordo mensal público para manter esta saudável alimentação durante todo mês. Digo porque é isso que um policial militar ou um agente de segurança come no almoço, durante o Carnaval.

Bem, aqui, vou colocar a política ideológica de lado. Eu peço algo ao Sr. Governador Jerônimo Rodrigues, pois eu o vi demonstrando até um certo interesse em dialogar com essa questão aqui. Mas uma coisa é demonstrar interesse; outra coisa é avançar com a pauta.

Precisamos avançar, porque não queremos policiais, que já são os mais mal pagos, correrem o risco de ir à desnutrição, porque é isso que o governo pugna ao oferecer esse tipo de coisa para um evento de porte, como Carnaval. E por, aí, vai.

Há outros eventos que a gente vai presenciar aí. A Bahia é um estado festivo. Vem, aí, o São João. Nós não queremos esta triste realidade, qual seja, a de uma segurança, que já é vergonha para todo o Brasil, continuar a proceder da mesma forma.

Então, Sr. Presidente, aqui está o meu registro.

Peço aos nobres colegas para, por favor, darmos andamento a este projeto, a esta pauta, porque o policial dá a própria vida para proteger a sociedade. O mínimo que o estado pode fazer por ele é dar uma alimentação justa nos eventos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Diego. Esse kit aí vai para a doação, deputado Diego?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o meu craque Bobô. Esses dias, o coração de Bobô não está muito bom não. Mas, no próximo domingo, vai... V. Ex.^a tem, até, 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, presidente, deputados e deputadas.

Presidente, eu subo a esta tribuna para, primeiro, fazer um agradecimento muito especial à secretária Roberta Santana, da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, pois, na última quinta-feira, eu tive o prazer de acompanhá-la numa viagem. Ela foi até a minha cidade Senhor do Bonfim, no Território de Identidade de Piemonte Norte do Itapicuru, para assinar o credenciamento de cirurgias eletivas e cirurgias ortopédicas no Hospital Dom Antônio Monteiro. Embora esse hospital seja municipal, ele atende toda a região. Realmente, foi um momento muito especial por conta da expectativa da população bonfinense e, claro, de o todo território, no sentido que isso pudesse acontecer.

Quero fazer um agradecimento muito especial, também, ao governador Jerônimo Rodrigues que participou, diretamente, dessas tratativas para que a secretária pudesse se deslocar até Senhor do Bonfim. Assim ela o fez, assinando um convênio que vai garantir cerca de aproximadamente 850 cirurgias ortopédicas por ano. Isso, para nós, é muito importante, já que nós temos uma carência ainda de cirurgias ortopédicas no município de Jacobina. Mas, em Juazeiro, já está funcionando plenamente.

Portanto, nós teremos, aí, mais um hospital se colocando à disposição para que a gente possa acelerar, até, a questão da fila de regulação para as cirurgias ortopédicas. Isso foi um momento muito especial, porque é um trabalho, também. Eu faço questão de registrar: foi um trabalho coletivo. Iniciou-se a discussão à época do ex-prefeito Carlos Brasileiro, o ex-prefeito de Senhor do Bonfim, com a participação do governador Rui Costa. Ali, já assumindo o governador a responsabilidade e a autorização para a reforma da primeira etapa desse hospital.

Logo depois, nós equipamos o hospital, isso através de emenda impositiva nossa, colocando o arco cirúrgico, equipando o hospital para que ele, nesse dia, pudesse, assim, receber a autorização para iniciar as suas cirurgias ortopédicas. Agora, fica somente a responsabilidade para o município de Senhor do Bonfim, que controla a gestão do hospital, para que rapidamente essas cirurgias possam acontecer.

Volto a repetir a importância dessa assinatura, mais de 800 cirurgias por ano poderão ser realizadas no hospital regional de Senhor do Bonfim, o Hospital Municipal Dom Antônio Monteiro.

Também foi assinado o credenciamento para cirurgias eletivas. Então, nós teremos aquele hospital como uma referência também no Território Piemonte Norte do Itapicuru. Nós esperamos que, em breve, com essa ideia muito importante de regionalizar a saúde, possamos ter três municípios estratégicos da Região Norte da Bahia com os seus hospitais funcionando plenamente.

Um é Juazeiro, em que o hospital já está funcionando; o outro é esse de Senhor do Bonfim; e, em breve, nós esperamos que aconteça também na cidade de Jacobina, para que a gente possa fechar Jacobina e Capim Grosso. Nós teríamos, assim, cerca de quatro, cinco hospitais, colocando um pouco mais, o hospital de Mairi, naquele cinturão de territórios para que eles possam ter, obviamente, uma saúde pública de qualidade. E esse olhar, esse compromisso que o governador demonstrou ter, para nós, é muito importante.

Então, fica aqui esse agradecimento ao governador Jerônimo e, claro, à nossa secretária de Saúde, Roberta Santana.

Mas também, presidente, eu gostaria de fazer um convite a todos lá do Território do Piemonte Norte do Itapicuru porque amanhã acontecerá a discussão do PPA em Senhor do Bonfim, na terça-feira. Vai ser difícil a gente estar presente, mas é um momento muito importante porque o PPA é, talvez, aquele momento mais democrático que existe entre o governo do estado e a população, porque o governo vai ouvir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as demandas daquele território e as demandas daquela microrregião. Infelizmente, eu não poderei participar, mas convido todos do Território do Piemonte para que participem desse momento democrático, da construção de um PPA, de um orçamento participativo, mais democrático e mais acessível no que se refere à construção de políticas públicas para todos os baianos e baianas.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Bobô, o senhor sempre muito atuante e especial naquela região que V. Ex.^a representa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Raimundinho da JR. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, mais uma vez, nesta tribuna, boa tarde aos nobres colegas, à deputada Ivana Bastos e à deputada Fabíola pelas suas palavras, aqui, hoje, em prol das pessoas que sofrem de epilepsia. Parabéns pelas falas de vocês duas, representam muito bem esse povo tão sofrido.

Sr. Presidente, mais uma vez, venho a esta tribuna mostrar a minha gratidão, a minha satisfação e alegria de estar acompanhando os projetos de desenvolvimento da nossa Bahia. Eu tive o prazer de estar ao lado desse grande líder, o deputado Matheus, juntos, em Ilhéus... mais uma unidade escolar muito bonita. Fico muito feliz em ver que o nosso estado, cada dia mais... A gente sente orgulho de ver, tanto na área da educação como na área da saúde.

Estivemos também, na sexta-feira, na cidade de São Francisco do Conde, ao lado da nossa secretária, Dr.^a Roberta, onde tivemos a entrega de uma unidade de saúde. Ali, sim, você fica orgulhoso de ver a nossa Bahia sendo respeitosa com o nosso povo. Parabéns ao governador Jerônimo Rodrigues, parabéns ao nosso vice, Geraldo Júnior, e a toda sua equipe de secretários.

Mas também não poderia me esquecer, Sr. Presidente, de falar um pouco da minha cidade, que é Dias d'Ávila. Eu tive, nesse final de semana, a felicidade de estar

olhando, navegando dentro daquele rio da Nova Dias d'Ávila e vi uma questão ambiental gravíssima com a fábrica de celulose que ali explora a vegetação da Mata Atlântica.

Aquilo lá é um absurdo, Sr. Presidente, o povo de Dias d'Ávila não merece receber só a descarga daquela indústria. Eu comprovei, tenho as fotos, tenho os vídeos, e nós vamos convocar o pessoal da Bahia Cellulose para mostrar a responsabilidade e a forma como está sendo tratado o meio ambiente, porque você desmatar uma Mata Atlântica para plantio de eucalipto, eu acho que tanto ela como os fazendeiros daquelas terras têm de ser punidos.

Nós não podemos deixar que degradem o que é mais importante para o nosso ser brasileiro, e a Bahia Cellulose, conhecida como Bahia Pulp, da cidade de Camaçari... A cidade de Dias d'Ávila só recebe, Sr. Presidente, a descarga quando a gente tem um clima que baixa um pouco a temperatura. Eu digo isso porque moro naquela cidade, tem um abrigo de idosos lá, e a gente vê a falta de ar, de respiração, de oxigênio, porque a Bahia Cellulose, a fábrica de celulose na cidade de Camaçari, que é vizinha a Dias d'Ávila, só traz coisa ruim para minha cidade. Dias d'Ávila não merece ser tratada daquela forma!

Então, eu estou aqui hoje, vou chamar o presidente da câmara de vereadores, o vereador Raimundo Santana, que cuida do órgão ambiental, para que possamos olhar com carinho... Eu tenho certeza de que a Mata Atlântica que foi devastada para o plantio de celulose... Ele poderia plantar a celulose dele em outra localidade, menos na margem do rio, porque a gente sabe que, quando você planta a celulose, que é o eucalipto, ele suga toda a água do subsolo, e aquele terreno nunca mais será um terreno produtivo.

Lá eu vi o crime de perto e fiquei horrorizado com o que vi, a Bahia Cellulose, a Bahia Pulp, fazendo um crime daquela natureza. Eu não acho que a gente tem de ver essas irregularidades e ficar calado. O povo de Dias d'Ávila vai se manifestar, por meio do meu apoio, em respeito ao meio ambiente porque não é justo, Sr. Presidente, a gente ver tanta falta de respeito com o nosso povo da cidade de Dias d'Ávila.

Quero chamar a atenção para isso aqui e vou dizer: eu vou levantar essa bandeira porque a gente não pode deixar o meio ambiente ser tão agredido de forma que só sejam ouvidos os interesses próprios do fazendeiro e da própria Bahia Cellulose. Nós não podemos conviver com esse tipo de situação, Sr. Presidente.

Então, está aqui o meu repúdio à fábrica de celulose instalada na cidade de Dias d'Ávila, da qual eu sou morador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Tenho lá, hoje, o abrigo dos idosos...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, nobre colega.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) e eu vejo as dificuldades!

Então, era essa a minha indignação, quero aqui deixar o meu repúdio à fábrica Bahia Cellulose.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Raimundinho.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Hilton Coelho. V. Ex.^a tem até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, quero, aqui, registrar, para a imprensa que está acompanhando, para as pessoas que nos acompanham pela *TV ALBA*, a ocorrência do nosso *23º Grito da Água*, evento, na Bahia, que sintoniza o nosso estado com o mundo no Dia Internacional da Água.

Foi um evento espetacular que partiu do Campo Grande à Praça Castro Alves. Espetacular pela bandeira, a bandeira da água enquanto perspectiva de afirmação da própria vida – eu quero voltar a isso daqui a pouco no nosso discurso –, e também pela composição, vanguardada pelo Sindae, o sindicato dos trabalhadores da Embasa, por um conjunto de organizações da sociedade civil, por movimentos ambientalistas, organizações de associações de moradores, sindicatos, movimento dos sem-terra, movimento dos sem-teto, enfim, toda a sociedade se manifestando em defesa desse bem essencial à vida.

Isso ocorreu, especialmente, num contexto em que nós precisamos revogar a Lei nº 14.026, de 2020, que é uma lei de Bolsonaro que faz com que os estados sejam empurrados para a privatização das suas companhias. Foi o que fundamentou, aqui, na Assembleia Legislativa, a aprovação da lei que viria ganhar o número de 14.466, de 2022, aprovada por este Plenário, pela maioria deste Plenário, com uma votação muito baixa, inclusive, apenas 34 deputados votaram a serviço da política do governador Rui Costa.

Nós precisamos, Sr. Presidente, revogar essa lei porque, com o início do governo de Lula, se abriu toda uma perspectiva de revogação da lei nacional. E a Bahia precisa fazer o mesmo, senão nós vamos assistir ao nosso saneamento básico ser fatiado por empresas privadas que tem como grande objetivo o lucro!

Elas querem pegar a parte superavitária do saneamento básico e vão fazer isso se, por meio da Lei nº 14.466/2022, o poder público deixar, é uma lei que abre espaço para qualquer tipo de privatização: parceria público-privada, abertura de capital, concessão das regiões para as empresas que vão ficar com o que eles considerarem o filé do setor.

E a nossa empresa, a nossa Embasa, que hoje é uma empresa saneada, é uma empresa viável, com capacidade de investimentos, vai ficar com centenas e centenas de municípios... vai ficar responsável por esses municípios, mas enfraquecida, sem condições de garantir a dignidade do nosso povo em relação a esse bem que, como eu falei, é a água, essencial para vida, reconhecida pela Organização das Nações Unidas.

Mas quero também fazer dois registros aqui, Sr. Presidente.

Na próxima quarta-feira, a partir das 9 horas, nós vamos ter uma grande mobilização dos servidores públicos estaduais pela abertura da mesa de negociação. Foram anos e anos sem qualquer diálogo com o governador Rui Costa, e nós queremos uma nova página da história, neste estado, em relação ao nosso serviço público.

Não é possível que o atual governo adote o mesmo comportamento adotado, por 8 anos, pelo último governo, no qual as portas estiveram fechadas para a negociação, para o entendimento das demandas não apenas do servidor público, mas do próprio serviço público na Bahia, que precisa responder a necessidades de um estado que é, profundamente, desigual e que não vai superar essa situação de desigualdade sem um serviço público forte e servidores valorizados.

Esse processo de mobilização está sendo levado à frente pelo fórum estadual em defesa do serviço público, deverá ser uma manifestação vigorosa. O nosso mandato a acompanhará na expectativa de que o governo Jerônimo, finalmente, abra as portas do Poder Executivo para conversar com...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os seus trabalhadores...

Eu não poderia deixar de registrar aqui também, Sr. Presidente, que esta Casa vem acompanhando o drama do trabalho em relação à questão da saúde de trabalhadores e trabalhadoras baianos em decorrência da tentativa de extinção da nossa Divast e Cesat, um centro de estudos sobre saúde e segurança do trabalho que tem um histórico espetacular, é uma referência brasileira, um dos primeiros centros do Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma referência internacional...

Com sua tolerância, Sr. Presidente, só para concluir.

(...) que vem sendo vítima da tentativa do governo de leiloar o próprio prédio, não conseguiu porque ninguém arrematou nos últimos leilões. E, para nossa surpresa, o governo começou a tirar os equipamentos, os aparelhos do prédio, isso significa...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, colega.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) negar uma história de intervenção em relação ao setor petroquímico, em relação à indústria calçadista, em relação aos trabalhadores informais.

A saúde e a segurança do trabalho da Bahia não merecem esse desprezo também pelo governador Jerônimo. Nós estamos nessa luta, nesta semana teremos reunião, e esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) precisa estar sensível a essa demanda que fala sobre a própria vida do trabalhador baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k. Com a palavra, agora, o deputado Robinho. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

Em tempo, quero parabenizar, ali, a minha colega Olívia, no sábado ela fez uma grande festa. Como ela mesmo colocou na rede que era 5.7, então, parabéns, deputada, que Deus continue a abençoá-la.

V. Ex.^a tem até 5 minutos, deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, meu presidente, meus colegas, ouvintes, jornalistas, eu volto a falar, presidente, sobre uma preocupação aqui na Bahia. O que a gente tem escutado no interior da Bahia é que o Abril Vermelho, dos sem-terra, vai invadir várias e várias propriedades. Em abril, que se diz “Abril Vermelho”.

Isso está me trazendo uma preocupação porque esse movimento dos sem-terra, com a total desatenção do governo do estado, fez com que o produtor rural se unisse, coisa que nunca aconteceu. Os produtores rurais, hoje, estão trabalhando em harmonia, olha o que aconteceu em Jacobina, olha o que aconteceu em Santa Luzia, se uniram e não deixaram acontecerem as invasões ou a invasão.

Mas não é assim que se resolvem as coisas. Eu venho aqui pela terceira vez, quero direcionar minha mensagem ao governador, aqui, na figura do líder Rosemberg: eu acho que o governo do estado tem de dar uma atenção, eu acho que é muito importante, eu sou favorável à oportunidade de o pequeno produtor ter sua terra para que, com o seu trabalho, tenha o seu sustento, com dignidade.

Sou favorável à reforma agrária, mas com ordem, com organização e com respeito, e o governo do estado tem de ser o mediador disso. Houve programas no estado, como o Cora, a coordenação de reforma agrária, por meio do qual o governo do estado comprava propriedades e nelas assentava pessoas que têm vocação para a terra; teve também o Programa Cédula da Terra, pelo qual o governo do estado comprava a propriedade e assentava nela as pessoas que querem fazer da terra o seu sustento.

Eu diria que, na Bahia, o que existe – e existe muito – são terras devolutas. E o estado pode, muito bem, pegar terras devolutas, que pertencem ao estado, e, de forma organizada, assentar as pessoas e fazer, assim, uma reforma agrária de forma organizada, sem tumulto e sem confusão. Mas eu estou enxergando a possibilidade de haver uma guerra no campo, eu acho que nós temos que defender o pequeno produtor, o que tem vontade de produzir, mas que não tem a terra, e defender também aquele que é o produtor –ou o que é médio produtor ou o que é grande produtor –, tem espaço para todo mundo.

Então, eu quero, aqui, pedir para que o governador, o governador Jerônimo, possa dar uma atenção especial para o que está acontecendo. Olhe o que tem acontecido lá na região de Prado, que é uma cidade que tem uma vocação para o turismo muito grande, tem ali Cumuruxatiba, Corumbau, que se destacam no turismo. E os índios invadindo as terras, índios não, supostos índios, inclusive um cacique de uma tribo está expulsando os que se autoidentificaram como índios, invadindo as propriedades, criando uma instabilidade no campo, criando insegurança em uma região em que o turismo tem se tornado destaque. Isso inibe o crescimento, o desenvolvimento de uma região, são atritos sem nenhuma vantagem para o estado, sem nenhum ganho político para o governo do estado, trazendo, assim, uma instabilidade, uma insegurança para o campo.

Eu quero, aqui, através da presença do líder do Governo, Rosemberg, e do governador, pedir que deem uma atenção, que não permitam que bagunça, instabilidade e insegurança aconteçam no campo. Afinal de contas, nós precisamos dar apoio ao pequeno produtor, precisamos dar apoio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROBINHO: (...) àquele que quer tirar da terra o seu sustento e precisamos proteger aquele que da terra já faz o seu sustento.

Então, é isso que eu conclamo, uma atenção especial do governo do estado para quem quer fazer do seu trabalho a sua dignidade e o seu sustento. Um abraço a todos e que Deus nos abençoe.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): A título de informação, agora já iremos partir para o Grande Expediente. Este Grande Expediente, no primeiro horário, será do partido PT, mas, por concessão do líder Rosemberg, a gente vai ainda permitir que outros deputados continuem usando a sua fala, concorda, meu líder?...

Então, com a palavra, agora, o deputado Pablo, ele que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde a todos, caro deputado presidente, Samuel, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, imprensa, todos que nos acompanham. Eu quero, caro deputado Hilton, chamar a atenção, deputado Luciano, para a campanha que foi lançada pelo governador, no último dia 24 deste mês, intitulada Bahia Sem Fome.

É uma matéria, claro, muito sensível, deputado Pancadinha, e, logo no início do governo, eu fiquei até muito cheio de esperanças acerca de quais seriam as novidades apresentadas ao povo baiano para, de fato, se exterminar a fome, mesmo tendo consciência, sabendo que esse governo é um governo de continuidade. Após 16 anos, o governo do PT na Bahia não conseguiu acabar com a fome, e agora eles lançaram, caro deputado Robinho, no dia 24, uma campanha.

E aí, com todo respeito, há muitas pessoas que estiveram lá, mas esse não é um trabalho que, na minha avaliação, deva contar com esse aparato, com essa estrutura que o governo do estado vem dispensando, ocupando a grande mídia baiana, porque é um trabalho que já vem sendo feito.

Inclusive, quando ele faz da forma que vem fazendo, me parece que esse tipo de trabalho não vinha sendo feito pelas voluntárias sociais, pela secretaria de Desenvolvimento Social do estado e por tantas outras instituições que trabalham com assistência social na Bahia. Vi matérias, inclusive, dizendo que o estado já começou a fazer uma mobilização para a arrecadação de alimentos, com o empresário “a” dizendo que vai doar 20 mil toneladas, com o outro dizendo vai doar 10 mil toneladas.

Eu acho que esse é um trabalho importante, eu acho que arrecadar alimentos para suprir a necessidade de alimentação nas casas das pessoas é importante, tem muita gente que, de fato, não tem conseguido fazer todas as refeições que preconiza a Organização Mundial da Saúde, mas esse não é o trabalho.

O trabalho que nós queremos ver em um programa como o Bahia Sem Fome é um trabalho que tenha geração de emprego e renda, que proporcione àquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho o acesso ao mercado de trabalho, que elas possam trabalhar, que possam ter oportunidades para buscar os mecanismos necessários para sustentar suas famílias.

Então, eu quero pedir muito aqui, eu espero que dentro de pouco tempo... Eu já percebo muita gente se mobilizando, muitas instituições se mobilizando nas redes sociais, cobrando que o governo do estado possa, de fato, fazer com que esse programa ganhe outro viés que não seja exclusivamente o de arrecadar alimentos. Porque eu acho que o estado da Bahia, que o governo do governador Jerônimo tem capacidade, inclusive, e condições de fazer um programa que, de fato, transforme a vida das pessoas.

Não acredito, sincera e honestamente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, que esse caminho, o da arrecadação de alimentos, o de solicitar que as empresas se mobilizem... Eu acho que podem acontecer ações paralelas, eu acho que essa mobilização que foi feita, em que as empresas estão dando, doando alimentos, pode continuar sendo gestada, pode continuar sendo feita como as Voluntárias Sociais vêm fazendo, como tantas outras instituições fazem na Bahia.

Eu espero, sinceramente, que o Sr. Governador do estado, que foi eleito para dar condições dignas ao povo baiano, possa rever o conceito dessa campanha e adotar providências que, de fato, possam fazer a grande transformação social na vida das pessoas, que é gerar emprego, gerar renda, colocar essas pessoas no mercado de trabalho, que elas possam se qualificar profissionalmente para que possam ser inseridas no mercado de trabalho.

Volto a dizer: é importante, é um pontapé inicial, mas que o estado não possa ter isso como uma grande cortina de fumaça para esconder aquilo que não vem fazendo, ou que não disse ainda, embora esteja caminhando para os seus 100 dias de governo, o que é que, de fato, será essa campanha, quais são as grandes articulações,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PABLO ROBERTO: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) a grande mobilização que vai fazer. Aí, sim, com a indústria, com o comércio, volto a dizer, para a geração de emprego e de renda para essas famílias baianas que precisam.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Pablo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Rosemberg Pinto.

Se V. Ex.^a quiser, deputado Rosemberg, a gente escuta a aniversariante da semana e, depois, V. Ex.^a.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: A gente fala daqui a pouco, viu? Agora eu vou começar a falar.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O bom é que ao vivo acontece é coisa. (Risos)

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu querido presidente, jornalistas aqui, visitantes, servidoras, servidores, na realidade, eu estava conversando ao telefone com o Dr. Pedro Maia, do Ministério Público, negociando esse projeto que é possível que a gente vote amanhã aqui, que é uma reivindicação

tanto dos servidores, quanto dos promotores. Coincidentemente, quando eu estava falando com ele, V. Ex.^a me chama para fazer uso da palavra. como ele não estava assistindo, então... (Risos) Mas foi por um bom motivo.

Presidente, primeiro, eu queria dizer que não há e nunca houve por parte do governo do estado qualquer intenção de privatização da Embasa. Quero deixar isso claro e reforçar isso mais uma vez: nunca veio para esta Casa um projeto que colocasse qualquer perspectiva de privatização da Embasa, até porque em qualquer empresa S.A., de sociedade anônima, quem delibera por ela sobre a forma como vai colocar as suas ações é o conselho de administração.

Então, eu estou falando porque, às vezes, a gente percebe uma informação aqui, acolá sobre essa questão, e esse debate já foi feito nesta Casa. Eu, inclusive, fui vítima de difamações aqui, na porta da Assembleia, também o ex-governador Rui Costa, em relação a algo que nunca existiu. Então, primeiro, nós precisamos deixar isso claro.

O que há, e ainda hoje, inclusive, eu conversava com o ex-diretor da CAR, Wilson Dias, é que nós estamos ampliando, criando um movimento de criar estruturas para que a gente possa universalizar a água na área rural, porque nós temos a Cerb, que é uma empresa que cuida de criar as condições, mas a gestão da água, às vezes, não é feita nem pelo município nem pela Embasa, na área rural. E nós estamos trabalhando um caminho para resolver essa questão. Muito pelo contrário, é o estado cuidando da universalização no fornecimento de água para a população.

A outra coisa, deputado Pablo, é normal que a gente precise tomar medidas com relação ao combate à fome. A fome é um problema que vem angustiado todas as pessoas. O governador Jerônimo, quando criou o Bahia Sem Fome... essa questão da coleta de alimentos é apenas uma parte do programa. Nós vamos votar nesta Casa um projeto que cria as outras condições e as outras partes para combater a fome. Mas essa coisa tem uma simbologia inimaginável, porque nós precisamos atrair, para essa tarefa, pessoas que, às vezes, sequer pensam no problema da fome...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de quem, às vezes, está passando dificuldades e que é parte dessa engrenagem da produção de alimentos.

Então, quando a gente trabalha com empresários, trabalha com a sociedade civil, com o cidadão comum, a ideia é que nós precisamos trabalhar isso do ponto de vista de conscientização, de simbologia. Então, eu quero, aqui,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) apenas como informação, dizer que a coleta de alimentos é apenas o início, é uma parte, é uma sensibilização para a sociedade, devendo-se criar um caminho pelo qual as pessoas possam doar os alimentos e o estado criar também uma estrutura de distribuição para que esses alimentos não acabem indo para pessoas que não estão necessitando. Isso é uma parte do programa.

É porque, às vezes, não dá para divulgá-lo completamente, e a imprensa coloca, naturalmente, o que é mais imediato. Mas é um conjunto de ações para combater a fome aqui, na Bahia, e ajudar nesse projeto nacional.

E, por último, dizer, presidente, que nós deveremos debater aqui, amanhã, alguns projetos. Eu conversei, inclusive, com a deputada Olívia Santana e, também, com a deputada Soane para que a gente possa trabalhar os projetos de iniciativa das deputadas. Mesmo que não sejam de iniciativa das deputadas, que sejam de deputados, mas que dizem respeito às mulheres, à proteção às mulheres, que a gente possa ainda encontrar um momento para sua votação aqui, nesta Casa.

Aproveito para fazer um convite para amanhã, às 9 horas, aqui, na Assembleia Legislativa, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres desenvolverá uma atividade aqui, no auditório, que terá a presença do governador Jerônimo Rodrigues, que estará apresentando também um grande programa de combate a agressão às mulheres e de tratativas no sentido de empoderamento das mulheres nessa nova cena política.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Rosemberg. Eu até deixei V. Ex.^a usar além do tempo, até porque V. Ex.^a já tinha permitido um horário que era do partido do PT, então nada mais justo do que V. Ex.^a utilizar esse tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Zó. O deputado Zó não está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidente, agradeço a V. Ex.^a por sua gentileza, mais uma vez, como sempre, não é?

Queria saudar os colegas deputados, as deputadas, funcionários, a imprensa, e registrar um momento importante, deputado Rosemberg, quando se fala aqui em programas de combate à fome: a inauguração do Quiosque da Umbuzada – quem já tomou sabe o quanto é bom – lá em Maçaroca, Juazeiro, no sábado, e eu pude participar. É um empreendimento conduzido pela CAR, dentro de um programa de valorização da agricultura familiar.

Fizemos também a entrega, lá em Maçaroca, de um *kit* de corte e costura de um grande programa que nós estamos fazendo na região para a formação de costureiros e costureiras. Então, a gente passou o final de semana fazendo essa caminhada no município de Juazeiro.

E eu queria registrar a morte, no domingo, do ex-prefeito de Sento Sé, Quinzinho. Participei do sepultamento, do velório e sepultamento, e eu queria registrar e mandar um abraço para o meu amigo Renatinho, extensivo a todos os filhos de Quinzinho, ex-prefeito de Sento Sé, que faleceu no final de semana, e ao Arthur, que é vereador de Sento Sé e neto de Quinzinho. Então, faço esse registro aqui do primeiro prefeito de Sento Sé pós-barragem de Sobradinho.

Durante o período da ditadura, a região do lago de Sobradinho ficou sem eleição para prefeito. O prefeito era indicado pelo governador, como eram os prefeitos das capitais. Em 1985, veio a eleição, e as quatro cidades, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé, tiveram eleição. Em Sento Sé, Quinzinho, foi prefeito no período de

1985 a 1988. Ele nos deixou nesse final de semana e eu tenho muita gratidão à sua família por ter colaborado com minhas duas últimas eleições para deputado e, também, deixar esse registro do sentimento que eu vi no povo de Sento Sé naquele momento.

Queria também, presidente, já que o nosso presidente eleito não está aqui, pedir que nesta semana, fechando o mês da mulher, a gente destrave, Hilton, na Comissão de Constituição e Justiça o projeto que regulamenta o funcionamento dos trabalhos das doulas nos hospitais particulares e públicos da Bahia.

Naturalmente, esse é um projeto que não obriga os hospitais a terem, mas dá direito às parturientes e às famílias que quiserem optar pelo acompanhamento das doulas antes, durante e no pós-parto. Só quem conhece esse trabalho, quem já teve a oportunidade de estudar um pouco sobre isso, sabe da importância.

O parto é um momento único para as mulheres, mas pode se transformar também em um trauma, em um problema se não tiver o acompanhamento correto. E esse trabalho complementa toda uma ação e um trabalho que é feito durante todo o processo de gestação.

Então, esse trabalho pode ser feito por profissionais diversos, meu colega Pancadinha, desde médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, técnicos e técnicas de enfermagem, psicólogos e psicólogas. Isso pode ser feito. Normalmente é feito, em sua imensa maioria, por mulheres.

Essas mulheres estão percorrendo as assembleias legislativas do Brasil inteiro, estão percorrendo o Congresso Nacional, e a gente espera que a Assembleia Legislativa da Bahia possa destravar isso nas comissões – está na Comissão de Constituição e Justiça – para a gente trazer esse imenso ganho para as mulheres baianas.

Na semana que vem, provavelmente,...

(O Sr. presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós vamos percorrer as comissões e os gabinetes, junto com a Associação das Doulas da Bahia, para que a gente, depois de alguns anos com esse projeto na Casa, possa trazer esse projeto para o Plenário. Não tenho dúvida de que, se chegar aqui, no Plenário, se a gente conseguir destravar nas comissões, a gente vai fazer um grande debate e aprová-lo, porque é um projeto que não traz custos para o governo do estado, mas traz benefícios para toda a sociedade baiana, principalmente para as mulheres...

(O Sr. presidente faz soar as campainhas.)

(...) e para as crianças que vão nascer.

Um grande abraço e muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Zó, esse grande lutador da Região do Sertão.

Deputado, Zó, quero apresentar um conterrâneo de V. Ex.^a que está ali: Celso, Celsinho, lá de Sobradinho. Cuide dele, viu?

O Sr. ZÓ: Saudações ribeirinhas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado José de Arimateia, mas o líder Alan pediu questão de ordem.

Liberem o microfone do deputado Alan.

O Sr. José de Arimateia: Não vá derrubar, não, ouviu, Alan? Pelo amor de Deus, deixe-me falar!

O Sr. Alan Sanches: Presidente, queria saudar todos os amigos aqui, deputados e deputadas, os cidadãos que nos acompanham. Gostaria de solicitar, fazer a V. Ex.^a, na condição de segundo-secretário da Mesa, e ao deputado Rosemberg, como líder do Governo, a sugestão para que a gente pudesse votar, ainda nesta semana, alguns projetos dos deputados seja honraria, sejam os projetos que não tragam nenhum problema de inconformidade, para que a gente possa responder à sociedade e, também, aos colegas. Eu tenho tido diversas cobranças sobre quando irão ser votados os projetos de origem dos deputados. Então, eu gostaria de que V. Ex.^a levasse ao presidente que nós precisamos, inclusive, através de um acordo, votar os projetos de honraria, de título, de utilidade pública, porque tudo isso é muito importante também. E os projetos de lei, dentro das possibilidades, que não tragam nenhum debate mais profundo, que estejam em um consenso, para que a gente possa dar e continuar sempre dando resposta à nossa população.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Meu nobre líder Alan, V. Ex.^a sabe que, se dependesse deste deputado que vos fala, a gente votaria tudinho, mas esta Casa é uma Casa política e V. Ex.^a, como líder que representa a Minoria, sente-se certinho com o deputado Rosemberg, que é o líder da Maioria, juntamente com o presidente Adolfo, para que a gente possa fazer isso nesta semana.

Eu ouvi, aqui, em sua fala que se deveria dar prioridade tanto a projetos de origem das deputadas como projetos em defesa da mulher. Mas espero que nesta semana a gente tenha uma semana bem avançada dos trabalhos aqui, nesta Casa, para que a gente, de fato, dê uma resposta à sociedade sobre o que nós estamos fazendo aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Ari. V. Ex.^a tem até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vocês que nos assistem através da TV ALBA, eu venho aqui para deixar registrado nos Anais desta Casa uma moção de congratulação e aplausos pelo Dia da Optometria.

(Lê) “O dia 23 de março é marcado pela celebração do Dia Mundial da Optometria. Uma data que marca as conquistas sociais e políticas quanto ao tão importante e fundamental papel da Optometria e dos profissionais da área no cuidado com a saúde visual e ocular da população, especialmente por sua atuação na atenção primária em todo o mundo.

A Optometria é uma ciência da saúde especializada no estudo da visão, oferecendo serviços de cuidados primários para a saúde visual. O optometrista é o profissional da área da saúde, não-médico, que cuida da reabilitação visual plena do indivíduo em todos os níveis. O trabalho dele tem também o objetivo de prevenir os pacientes contra patologias oculares e problemas sensoriais. A Organização Mundial da Saúde – OMS, Sr. Presidente, preconiza que a Optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Conta-se que em 1895 foi criada a Associação Britânica de Óptica, o que levou à regulamentação da Optometria como uma profissão. Em 1898, foi criada nos Estados Unidos a Associação Americana de Optometristas. Desde então a Optometria vem crescendo pelo mundo como profissão. Mas a luta... devidamente aptos ao seu exercício, ainda sofrem perseguições de classes profissionais que, em vez disso, poderiam enxergá-la como aliada complementar ao seu trabalho e, sobretudo, à demanda crescente da população necessitada, a qual o sistema público de saúde não consegue alcançar em sua totalidade.

Tal reconhecimento quanto a importância da Optometria e a plena atuação do profissional optometrista no sistema de saúde permite, efetivamente, o cumprimento da garantia de assistência à saúde visual e ocular universal e de qualidade à população.

Ressalto ainda que a árdua caminhada da Optometria também faz parte das minhas defesas como parlamentar. Desde 2015, tenho trazido importantes debates nesta Casa assim como proposto audiências públicas, discussões e seminários com o objetivo de evidenciar o fundamental papel da ciência para a saúde visual dos baianos.

Diante da importância da Optometria e sua função nos cenários baiano, brasileiro e mundial é justo e oportuno que a edilidade desta Casa preste homenagem à Optometria.

Dê-se ciência desta moção de congratulações e aplausos à Sindióptica Bahia, na pessoa do presidente, Juarez da Hora, e à Unooba, na pessoa do presidente, Marcelo Fraga.”

Sr. Presidente, além de pedir que essa moção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) seja inscrita nos Anais desta Casa, eu não posso deixar de registrar também outra moção de congratulações e aplausos à guarda civil, Guarda Municipal de Feira de Santana pelos 130 anos comemorados neste dia 25 de março. Então, está de parabéns toda a Guarda Municipal de Feira de Santana,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) guarda civil de Feira de Santana.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, senhoras e senhores deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Ari. A Taquigrafia irá encaminhar as moções de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como não há mais orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão. Convoco os Srs. Deputados para amanhã, no horário regimental.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alex da Piatã, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Ludmilla Fiscina, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Patrick Lopes, Roberto Carlos, Sandro Régis e Vitor Bonfim. (14)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.